

Mudanças após a guerrilha



Mikuá, o mais velho dos Aikewara, com a família

Sul do Pará, município de São João do Araguaia, entre os rios Gameleira e Sororó, região próxima à Serra das Andorinhas.

Este é o local ocupado pelos 115 Aikewara (Suruí do Pará), que estão distribuídos por duas aldeias localizadas em terras firmes de mata tropical, às margens de um afluente do rio Sororozinho, o Grotão dos Caboclos. Nessa tranquilidade amazônica foram desencadeadas grandes transformações à vida dos Aikewara, a partir da década de 70. A mata, além da riqueza natural, passou a abrigar "preciosidade" de outra ordem: a ditadura militar em busca de guerrilheiros.

A fim de facilitar os deslocamentos de tropas e de material de combate aos guerrilheiros, o exército abriu estradas operacionais (OP), alcançando a tranquilidade de aldeia dos Aikewara.

O envolvimento dos indígenas na questão foi imediato. Primeiro por que a OP-2 cortou de norte a sul o território suruí. Depois, numa "caçada" de tamanho porte, os militares não desprezariam os indígenas e seu conhecimento de mata; eles foram usados como guias na busca aos guerrilheiros. Afora as consequências mais imediatas, esta fase acelerou a penetração de elementos de destruturação na comunidade aikewara.

Em 1982, a Funai em convênio com a Cia. Vale do Rio Doce, elabora o Projeto Ferro Carajás Apoio às Comunidades Indígenas. O objetivo, segundo eles, era o "fortalecimento das comunidades indígenas que sofreriam com o impacto e com o contato com os civilizados" quando da implantação do Projeto Carajás. O convênio propunha oferecer "maior aporte de assistência em saúde, saneamento, serviço social, educação, promoção comunitária, transporte, agropecuá-

ria, energia e administração". O que era para ser um projeto de colonização, que já significava um desrespeito à especificidade cultural dos povos em questão, acabou não sendo nem isso.



Mikuá, o mais velho dos Aikewara, com a família

ria, energia e administração".

O que era para ser um projeto de colonização, que já significava um desrespeito à especificidade cultural dos povos em questão, acabou não sendo nem isso.

Em pouco tempo — o convênio esteve em vigência de 1983 a 1985 — a injeção deliberada de recursos na aldeia fez com que os alimentos deixassem de ser plantados no interior da comunidade. A partir da entrada de novos produtos, necessidades até então inexistentes foram criadas, levando os indígenas ao processo consumista da sociedade envolvente. Ao término do convênio foram cortados os recursos e, desestabilizado seu sistema original de produção, os Aikewara começaram a passar necessidades de toda ordem.

EXPERIÊNCIA NOVA

Atualmente, os Aikewara vivem uma experiência nova. Depois de vários chefes terem passado pelo posto da Funai e se instalado dentro da aldeia sem corresponderem às expectativas, há cinco meses Tiramé, um índio da comunidade, ocupa a função.

Tiramé fala de seus encargos: "O chefe de posto faz o que o resto do pessoal pede, explica o que os outros entendem menos, sai para fazer compras de comida, açúcar, café, acompanha os doentes. Além disso, também cuida da venda de madeira, castanha e regula a entrada de brancos na área. Quando tem discussão de família só me meto se tiver briga dura, não posso estar me metendo nessas conversas".

Ele explica ainda porque os atritos são maiores quando um não índio ocupa a função: "Eles começam a falar que os índios só vivem bêbados. Muitas vezes os funcionários (do Posto) fazem reclamações dos índios e a

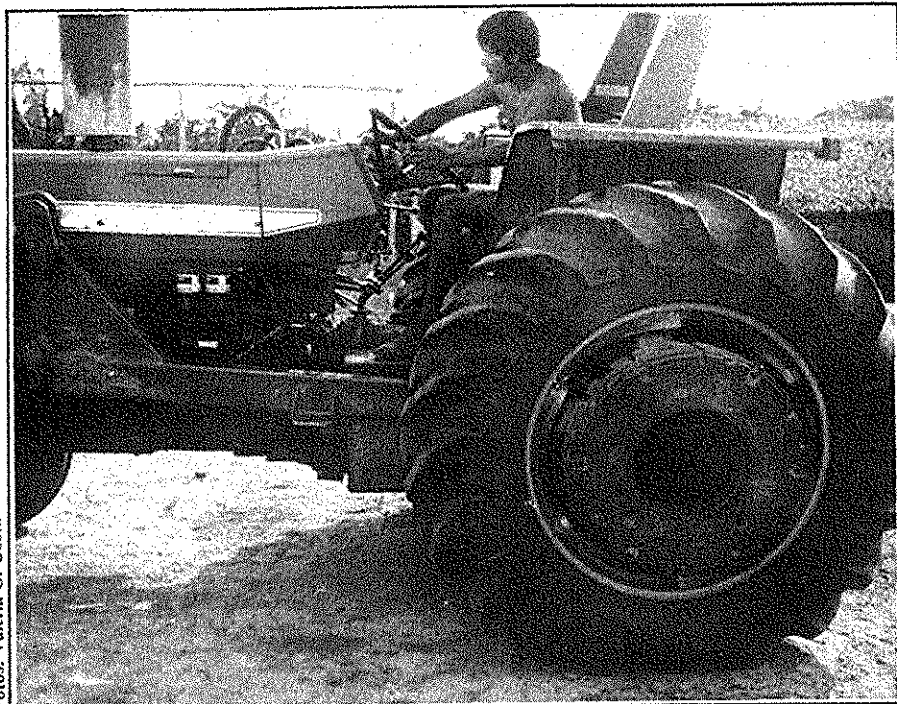
porque a gente sempre passa óleo e graxa. Ele usa diesel que vinha pela Funai e depois que acabou o projeto não veio mais e nós é que estamos comprando". Tiramé continua explicando que "o projeto mandava dinheiro de dois em dois meses, tinha muito dinheiro para fazer o que precisava. O técnico agrícola que a Funai mandou era para ajudar no trabalho de derrubar capoeira com o trator, mas nem isto eles estavam fazendo. Vieram para cá só para ganhar dinheiro".

Pirema conta orgulhosa o empenho do marido: "O Tiramé aprendeu sozinho a dirigir o caminhãozinho e o trator. Ele está ensinando Itamaré e Cacá quer aprender também, tá dando para aproveitar. Ai aprendendo mais, quando um fica doente já tem outro para fazer o trabalho".

ROÇA COMUNITÁRIA

Uma outra novidade da aldeia é a roça comunitária, o chefe de posto conta: "Antes cada um pegava o seu pedaço e plantava o que queria, mas agora estamos achando bom é todo mundo plantar junto e colher junto". Até o momento plantaram apenas arroz, fava e milho, mas para o próximo ano querem plantar também feijão e banana. Além disso, Tiramé diz que estão com idéia de vender uma parte e depositar no banco para terem sempre um dinheirinho para comprar munição, açúcar, pois, explica, "agora acostumamos com coisas de café, óleo e, aí, a gente ocupa a Funai mais com saúde". A intenção, é ainda "ver se diminui tanta crítica de que os índios não trabalham", reconhecendo em seguida que "o índio trabalha, toda vida os índios trabalham, só que o índio não vai é desmatar a mata como o branco faz para plantar capim, a gente planta é alimentação pra gente comer".

Tiramé deseja ainda muito: "Daqui uns tempos não precisa mais de motorista, vai indo acaba, até enfermeiro, professora, vai ser tudo índio de dentro da aldeia".



Fotos: Valéria C. Costa

Tiramé, o chefe do Posto, ajudando a comunidade na busca da autonomia